

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE-FOSTER (2000-2010)

Mayara da Mata Moraes
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
mayaradamatamoraes@gmail.com

Solange Regina Marin
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
solange.marin@ufsc.br

Carine de Almeida Vieira
Universidade Federal do ABC (UFABC)
carine.vieira@ufabc.edu.br

Resumo: A associação comumente feita a respeito de como a pobreza se manifesta atribui a uma pessoa pobre poucos recursos monetários, e somente isso. Porém, desde a concepção da Abordagem das Capacitações, esse fenômeno passa a ser entendido como a incapacidade de uma pessoa de funcionar e, como consequência, é uma ocorrência que se manifesta nas diferentes circunstâncias da vida das pessoas. O objetivo do presente artigo é calcular o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por meio do Método Alkire-Foster para os estados da Região Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos anos de 2000 e de 2010 com base nos microdados do IBGE. Os resultados mostraram que houve uma redução do IPM para os três estados: de 10,77% para 5,63% em Santa Catarina, de 10,82% para 6,66% no Paraná, e de 10,71% para 5,54% no Rio Grande do Sul. Os indicadores em que a amostra se apresenta mais ou menos privada relevam que a dimensão renda nesses estados tem menor contribuição do que, por exemplo, o tipo de escoadouro das instalações sanitárias.

Palavras-chave: Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Método Alkire-Foster, Região Sul.

Abstract: The association commonly made as to how poverty manifests in a population attributes to a poor person a low income, and only that. However, since the conception of the Capability Approach, this phenomenon is understood as the incapacity of a person to function and, as a consequence, is an occurrence that is manifested in the different circumstances of people's lives. This paper's aim is to measure the Multidimensional Poverty Index (MPI) based on the Alkire-Foster Method for the South region's states of Brazil, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, between 2000 and 2010, based in the IBGE microdata. The results revealed that there was a reduction of the MPI for the three states: from 10.77% to 5.63% in Santa Catarina, from 10.82% to 6.66% in Paraná, and from 10.71% to 5, 54% in Rio Grande do Sul. The indicators in which the sample is

more or less deprived reveal that the income dimension in these states has a lower contribution than, for example, the type of drainage of the sanitary facilities.

Key-words: Multidimensional Poverty Index (MPI), Alkire-Foster Method, South Region.

Área Temática: Distribuição de Renda, Desigualdade Social e Diminuição da Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, a perspectiva utilizada para conceituar pobreza é a Abordagem das Capacitações desenvolvida por Amartya Sen no campo da economia e por Martha Nussbaum no campo da filosofia política. Essa abordagem permite conceber a pobreza como um fenômeno multidimensional no sentido de que a pobreza é encarada como uma condição que perpassa diferentes aspectos da vida das pessoas como é o caso, por exemplo, do acesso à educação, saúde, capacidade de manter certo padrão de vida de acordo com a localidade e contexto histórico, e renda – aspectos mais comuns e legitimamente aceitos em trabalhos mundo a fora, conforme Alkire-Foster (2009) e Alkire e Santos (2010) – mas ainda pode incluir questões como liberdade política e religiosa, empoderamento, amor próprio, bem-estar mental, tempo livre para descansar e praticar atividades de lazer entre outras. Portanto, uma medida de pobreza multidimensional incorpora diferentes dimensões e indicadores todos embasados na realidade e vivência do objeto de estudo.

Essa discussão conceitual desemboca nas formas instrumentais de mensurar a pobreza multidimensional. Nesse artigo, o Método Alkire-Foster (AF) foi o escolhido para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), introduzido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 2010. Esse método foi desenvolvido por Sabina Alkire, diretora da *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), um centro de pesquisa dentro do Departamento de Desenvolvimento Internacional da *University of*

Oxford, e James Foster, professor de Economia e Relações Internacionais da *George Washington University*, em trabalhos publicados em 2007 e 2009.

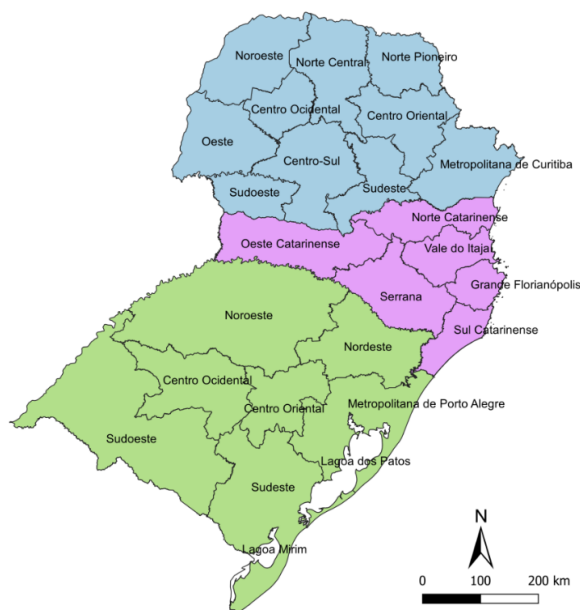
O problema que permeia esse artigo é: é possível identificar por meio de uma análise multidimensional quais são os municípios mais e menos privados ou pobres em cada um dos estados da Região do Brasil? O objetivo é aplicar o Método AF para Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos anos censitários de 2000 e 2010 e com base nos microdados disponibilizados pelo IBGE. Esses microdados foram compatibilizados pelo *DataZoom* e manuseados pelo software *Stata*.

Além dessa introdução, o presente trabalho apresenta algumas informações socioeconômicas sobre os três estados; em seguida, é introduzida a conceituação de pobreza multidimensional por meio da Abordagem das Capacitações destacadas as considerações metodológicas do Método AF. Na seção posterior, são apresentados os resultados referentes ao IPM dos três estados sulinos em 2000 e em 2010, bem como, os percentuais de privação em cada um dos indicadores utilizados nessa análise. Por fim, é feito algumas considerações finais.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTADOS DA REGIÃO SUL

A Região Sul do Brasil é formada por três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo o IBGE (2019), a população no Paraná é de 11,4 milhões de habitantes em 2019, a de Santa Catarina é de 7,1 milhões e a do Rio Grande do Sul é de 11,4 milhões de habitantes. Para os anos de 2000 e de 2010, a população na Região Sul era de 25,1 milhões e de 27,4 milhões, respectivamente. No Paraná, o número de habitantes passou de 9,5 milhões em 2000 para 10,4 milhões em 2010, em Santa Catarina, de 5,3 milhões para 6,2 milhões e no Rio Grande do Sul, de 10,2 milhões para 10,7 milhões (IBGE, 2010).

Figura 1: Mesorregiões dos estados da Região Sul



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das bases cartográficas do IBGE (2018).

É possível dividir cada estado segundo Mesorregiões que, de acordo com o IBGE (1990), é formada a partir de uma identidade regional construída pela sociedade que ali viveu ao longo do tempo. Dimensões como processo social, quadro ambiental e a articulação espacial via rede de comunicação e de lugares são consideradas nessa construção. O Paraná é classificado em dez Mesorregiões, Santa Catarina se divide em seis Mesorregiões e o Rio Grande do Sul em sete Mesorregiões, conforme figura 1.

No Brasil como um todo, o IDHM renda cresceu de 1991 para 2010 de 0,647 para 0,739 e de 2011 a 2014 passou de 0,718 para 0,741, esse resultado mostra uma tendência de avanço de 0,023, o que reflete em um acréscimo de R\$104,9 na renda domiciliar *per capita* média para o país. O IDHM renda 1991 de Santa Catarina passou de 0,648 em 1991 para 0,783 em 2014, resultado este maior do que a média brasileira e maior do que os outros estados da Região Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. A renda domiciliar *per capita*

média em Santa Catarina para o ano de 2014 foi de R\$ 1.042 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013, 2016).

A proporção de extremamente pobres no Brasil passou de 18,64% em 1991 para 6,62% em 2010. Para esse mesmo período, redução percentual nos estados sulinos foi de 10,61 pontos percentuais, 7,88 pp e de 8,25 pp no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. Em 2010, o percentual de extremamente pobres na Região Sul não chegou a atingir 2%. Em relação ao percentual de pobres no Brasil entre 1991 e 2010 a redução foi de 22,96 pontos percentuais, passou de 38,16% para 15,2%. A tendência de redução segue na Região Sul: em 2010, os percentuais do Paraná e do Rio Grande do Sul se aproximaram de 6,5% e o de Santa Catarina de 3,7%. O percentual de vulneráveis à pobreza também se mostrou mais reduzido em Santa Catarina no ano de 2010 do que nos seus estados vizinhos: 12,36% no estado barriga-verde e de 19,7% e 18,65% no Paraná e no Rio Grande do Sul, respectivamente (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013).

Segundo IBGE (2016), a taxa de analfabetismo é o percentual das pessoas analfabetas de um grupo etário em comparação ao total de pessoas desse mesmo grupo etário. Uma pessoa é definida como analfabeta se não for capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. De 2003 a 2009, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 11,5% para 9,7%, uma variação percentual de 1,8 ponto percentual. Para o mesmo período, a Região Sul passou de 6,3% para 5,5%, uma redução de 0,8 ponto percentual. De 2011 a 2015, o Brasil reduziu a taxa de analfabetismo em 0,6 ponto percentual, passou de 8,6% para 8%, enquanto que a Região Sul reduziu em 0,8 ponto percentual, de 4,9% em 2011 para 4,1% em 2015.

No que se refere a alguns dados de condições de habitação no Brasil, de 1991 a 2010, houve um aumento de 21,41 pontos percentuais de domicílios com água encanada,

ou seja, foi de 71,31% em 1991 para 92,72% em 2010. No Paraná, esse percentual passou de 82,93% em 1991 para 96,71 em 2010; em Santa Catarina de 90,41% em 1991 e 94,13 em 2010; e no Rio Grande do Sul, de 86,68% em 1991 para 94,13% em 2010. No que se refere ao acesso à energia elétrica, houve um aumento de 13,74 pontos percentuais nos domicílios com acesso a energia elétrica no Brasil no período de 1991 a 2010. No Paraná, aumentou em 8,62 pontos percentuais; em Santa Catarina, em 5,19 pontos percentuais; e no Rio Grande do Sul, em 7,75 pontos percentuais. Em 2010, 97,02% dos domicílios brasileiros eram atendidos pela coleta de lixo, um aumento de 19,09 pontos percentuais em relação a 1991. No Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, esse aumento foi de 12,78, 15,22, 11,42 pontos percentuais, respectivamente (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013).

3 POBREZA MULTIDIMENSIONAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi apresentado no RDH de 2010 com base no trabalho de Alkire e Santos (2010). O IPM é fruto da contagem da pobreza multidimensional; da quantidade de indivíduos que são pobres em termos multidimensionais, e do número médio de privações que cada família pobre sofre, ou seja, considera a intensidade da pobreza. São dez indicadores divididos em três dimensões saúde, educação e padrões de vida.

A evolução da maneira de entender e de mensurar a pobreza foi alimentada em termos teóricos pela Abordagem das Capacitações, desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen e pela filósofa estadunidense Martha Nussbaum. Essa abordagem fomenta uma ruptura com a visão tradicional do bem-estar, ampliando e transformando,

principalmente, as noções relativas a indivíduo, renda e bem-estar (GASPER, 1997 *apud* GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2017, p.96-97).

A ruptura com a visão tradicional de bem-estar começa com a divergência de foco informacional. Não mais PIB *per capita* como *proxy* de bem-estar, mas sim funcionamentos e capacitações. Segundo Sen (2001, p.79), os funcionamentos captam as diferentes formas que uma pessoa funciona como, por exemplo, ser capaz de ler, escrever, estar bem nutrido e livre de doenças envolvendo até mesmo questões mais complexas como ser feliz e ter respeito. Nas palavras de Sen (2001, p.79) são os funcionamentos são como “estados” e “ações”. As capacitações representam um conjunto de vetores de funcionamentos, ou melhor, inúmeras combinações de funcionamentos, que refletem “a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro” e dependem de vários fatores inclusive características pessoais e combinações sociais que podem atrapalhar ou ajudar a completa realização dos funcionamentos e as oportunidades reais que as pessoas possuem na vida (SEN, 2001, p.79-80).

A pobreza ou privação é entendida como a “falta de realização de certos funcionamentos de base e da aquisição das capacidades correspondentes” (CODES, 2008, p.20), ou seja, privação se equivale a reduzidas oportunidades reais que as pessoas têm a partir dos meios disponíveis em uma economia de mercado. Isso suscita outro ponto de distanciamento entre a visão seniana de bem-estar e a tradicional: dado que a visão tradicional entende a riqueza como fim em si mesma no sentido de que o fim último de todo processo de desenvolvimento, e, portanto, de redução da pobreza, está pautado na questão de alcançar um aumento da renda, a abordagem das capacitações tem como foco melhorar “o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (...) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e (...) para as *liberdades* de poder alcançar esse fim” (SEN, 2000, p. 112).

Sen (2000, 2001) promove uma inversão de fins e meios: a produção da riqueza não deve ser encarada como um fim nela mesma, mas sim como um meio. As pessoas buscam riqueza não pela riqueza em si, mas pelo que a riqueza lhes possibilita a realizar, a fazer ou a funcionar. Em outras palavras, a riqueza na abordagem das capacitações é entendida como um meio de realização dos funcionamentos, assim como é outras dimensões como educação e saúde. Os meios disponíveis bem como a conceituação de funcionamentos e das capacitações derivadas possibilitam a compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional: para uma pessoa funcionar bem é preciso uma série de meios que lhe permitem convertê-los em fins. Uma pessoa que mora no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, tem o mesmo conjunto capacitário, dados os meios disponíveis, de perseguir a vida que deseja do que uma pessoa que mora em Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro?

3.1 MÉTODO ALKIRE-FOSTER (AF)

Para o cálculo do IPM, o presente estudo utilizou-se do Método AF desenvolvido em trabalhos como Alkire e Foster (2008, 2009) e Alkire e Santos (2010). O método é composto de doze passos:

- 1) Escolha da unidade de análise: no presente estudo, a unidade de análise são os municípios dos estados da Região Sul do Brasil, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.
- 2) Escolha das dimensões de pobreza: é uma das principais etapas do método. De acordo com Alkire e Foster (2009), a maioria dos pesquisadores consideram algumas condições para a seleção das dimensões como o consenso público – listas que alcançaram certo grau de legitimidade como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pressupostos

tirados de convenção ou de teorias daquilo que as pessoas valorizam ou deveriam valorizar, evidências empíricas, estudos sobre as preferências e comportamentos sobre o quais são os valores mais propícios para a saúde mental das pessoas e para o benefício social.

- 3) Definição dos indicadores para cada uma das dimensões escolhidas: cada uma das dimensões selecionadas contém vários indicadores que tem o objetivo de melhor mensurar ou determinar aspectos da vida nos domicílios.
- 4) Definição de linhas de corte: para cada indicador é estabelecido um corte que visa classificar o domicílio como privado ou não-privado naquele indicador. O quadro 1 exibe as dimensões e os indicadores selecionados e seus respectivos cortes. Baseado no trabalho de Vieira, Kuhn e Marin (2017), o presente estudo considera quatro dimensões com doze indicadores no total. A coluna “Não privado se...” corresponde a primeira linha de corte que afeta diretamente os indicadores. Por exemplo, na dimensão “Educação”, no indicador “Anos de estudo”, se os moradores do domicílio tiverem estudado 7 anos ou mais eles não serão considerados privados neste indicador. Caso contrário, serão privados e entrarão na contagem;
- 5) e 6) Aplicação da primeira linha de corte e contagem do número de privações de cada domicílio: o processo de definição de privados e não-privados é feito para todos os indicadores em todas as dimensões, seguindo os critérios mostrados no quadro 1. A aplicação da primeira linha de corte implica a substituição da condição de realização das pessoas pelo seu *status* na linha de corte. Depois de aplicado o corte, é preciso contar as privações;

Quadro 1: Dimensões e indicadores de pobreza selecionados

Dimensão	Indicadores:		Não privado se...
Educação	Alfabetização	- alfabetizado; - não alfabetizado.	For alfabetizado.
	Anos de estudo	- sem instrução ou menos de 3 anos de estudo; - de 4 a 7 anos; - de 8 a 10 anos; - de 11 a 14 anos; 15 ou mais anos de estudo.	Estudou 7 anos ou mais.
Condições domiciliares	Condição de ocupação do imóvel	- próprio; - alugado; - cedido por empregador; - cedido de outra forma; - outra condição.	For próprio.
	Energia elétrica	- domicílio tem; - domicílio não tem.	Tiver acesso no domicílio.
	Itens domiciliares	- rádio, geladeira, televisão e máquina de lavar.	Se tiver acesso pelo menos geladeira e TV.
Saúde e condições sanitárias	Abastecimento de água	- rede geral com canalização interna; - rede geral sem canalização interna; - poço ou nascente com canalização interna; - poço ou nascente sem canalização interna; - outra forma.	Tiver acesso à rede geral com canalização interna.
	Instalações sanitárias	- não têm acesso; - têm acesso a sanitário.	Tiver acesso.
	Tipo de escoadouro das instalações sanitárias	- rede geral; - fossa séptica; - fossa rudimentar; - outro escoadouro.	Tiver acesso à rede geral.
	Destino do lixo	- coletado por serviço de limpeza; - coletado em caçamba de serviço de limpeza; - queimado; - enterrado. - jogado em terreno baldio; - jogado em rio, lago ou mar; - outro destino.	For coletado por serviço geral ou em caçamba de serviço de limpeza.
	Número de banheiros no domicílio	- não tem banheiro no domicílio; - têm pelo menos um banheiro;	Se tiver pelo menos um banheiro no domicílio.
Renda e trabalho	Renda domiciliar	- R\$ 154,00/pessoa moradora no domicílio (2010); - ½ salário mínimo per capita (2000).	Obter até pelo menos o valor estabelecido para cada um dos anos.
	Emprego	- não; - sim, tem acesso a emprego.	Se tiver empregado na semana de referência.

Fonte: VIEIRA, KUHN, MARIN (2017)

7) e 8) Definição e aplicação da segunda linha de corte (k): o segundo corte (k) visa definir um número de privações que cada morador sofre para ser considerado multidimensionalmente pobre. A definição do valor de k , baseada em Alkire e Foster (2009), PNUD (2010) e Alkire e Robles (2017), mostra que é necessário ser privado em 33,33% dos indicadores para ser considerado multidimensionalmente pobres. O presente estudo considera o valor de k igual a 4.

9) Cálculo da incidência de pobreza (H): a incidência de pobreza mede a proporção dos multidimensionalmente pobres. O *Headcount* segue a seguinte equação:

$$H = q/n$$

Em que:

q : número de domicílios multidimensionalmente pobres;

n : número total de domicílios.

10) Cálculo do hiato de pobreza média (A): o hiato de pobreza média mostra a fração média de indicadores que os domicílios são privados. É calculado adicionando a proporção de privações totais sofrida pelos moradores;

$$A = \frac{\left(\frac{c(k)}{d}\right)}{q}$$

Em que:

$c(k)$: contagem do número de privações nos indicadores;

d : número de indicadores;

q : número de domicílios multidimensionalmente pobres.

11) Cálculo a incidência ajustada de pobreza, $M_0 = (H \times A)$: a incidência ajustada, que consiste na multiplicação do *headcount* pelo hiato de pobreza média, mostra a proporção de privações que os municípios pobres sofrem em relação ao máximo das privações que todos domicílios poderiam enfrentar;

12) Decomposição da medida: o último passo a ser realizado é a decomposição da medida, ou seja, decompor M_0 por grupos de população como por região, zona rural e urbana e etnia, ou segmentar por dimensões e indicadores.

4 APLICAÇÃO DO MÉTODO AF NA REGIÃO SUL (2000, 2010)

4.1 SANTA CATARINA

Os indicadores que apresentaram as menores privações em Santa Catarina foram ‘energia elétrica’, ‘itens domiciliares’ e ‘instalações sanitárias’ nos dois anos de estudo. Em 2000, 1,90% da amostra analisada não tinha acesso à energia elétrica e em 2010 esse percentual caiu para 0,24%. O indicador ‘itens domiciliares’ obteve 2,77% de privação em 2000 e em 2010 de 0,24%. Em 2000, ‘instalações sanitárias’ apresentou privação de 1,75% e em 2010 esse percentual reduziu para 0,33% dos domicílios.

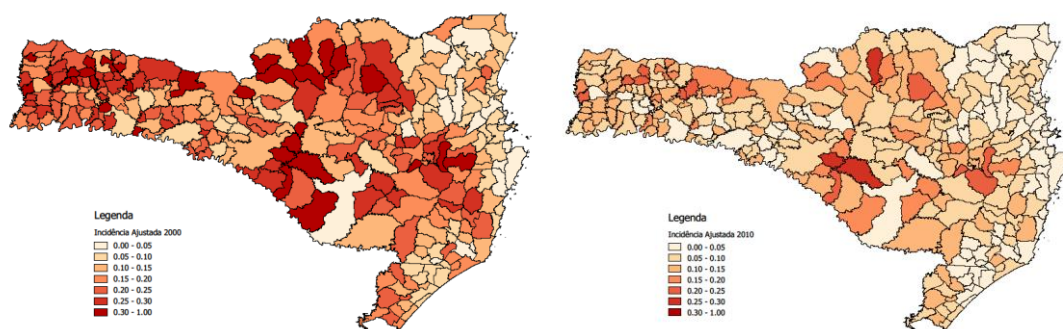
As maiores privações registradas nos dois anos analisados foram nos indicadores ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’ e ‘abastecimento de água’. O primeiro indicador registrou em 2000 um índice de privação de 83,48% e, em 2010 de 77,27%. O segundo indicador, ‘anos de estudo’, mostrou que, em 2000, 37,52% da amostra tinha menos de sete anos de estudo e, em 2010, esse percentual passou para 31,05%. O indicador, ‘abastecimento de água’, obteve um percentual de privação de 34,36% em 2000 e de 27,22% em 2010. A renda domiciliar registrou em 2000 que 18,24% da amostra analisada não obtinha $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Já em 2010, esse percentual de privação caiu para 6,92% da amostra.

A incidência de pobreza (H), que é a relação entre a proporção de pessoas privadas e o total da amostra, mostrou que, tanto em 2000 quanto em 2010, os municípios com as maiores incidências se encontram nas Mesorregiões Oeste, Serrana e parte das

Mesorregiões Norte e do Vale do Itajaí. Em 2000, as incidências dos cinco municípios em situação mais vulnerável variaram de 80% a 86% e, em 2010, de 60% a 65%. Já os municípios localizados na costa catarinense foram os que apresentam menor índice. Em 2000, a incidência H dos cinco municípios melhores classificados não ultrapassou os 6% e, em 2010, não chegou a 3%. A incidência H estadual passou de 26,66% em 2000 para 15,07% em 2010.

O hiato de pobreza média (A), que capta a intensidade da pobreza por meio da média dos indicadores, mostrou que, em 2000, os indivíduos considerados pobres no estado catarinense eram privados, em média, em 40,40% dos indicadores e, em 2010, em 37,34%. Os municípios com os maiores percentuais em A estão nas Mesorregiões Oeste, Norte e Serrana para ambos os anos. Em 2000, o percentual A dos primeiros municípios em situação mais vulnerável girou em torno de 50% e, em 2010, em torno de 42%. Os municípios com os menores percentuais em A nos dois anos analisados estão nas Mesorregiões Norte, Sul, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e com algumas exceções na Oeste e Serrana para ambos os anos. Em 2000, o percentual A de alguns dos municípios em situação mais vantajosa não ficou distante dos 35% e, em 2010, girou em torno de 34%.

Figura 2 – Incidência Ajustada (M_0) em Santa Catarina (2000 e 2010)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A incidência ajustada (M_0), exibida na figura 2, mostra que a intensidade de pobreza em Santa Catarina era de 10,77% em 2000 e de 5,63% em 2010. Os municípios em situação mais crítica se encontram nas Mesorregiões Oeste e Serrana, partes das Mesorregiões Norte e do Vale do Itajaí. As incidências ajustadas para 2000 dos primeiros municípios que se encontraram nessas condições variaram de 40% a 36% e, em 2010, de 26% a 24%. Já os municípios com a menor incidência se encontram nas Mesorregiões da Grande Florianópolis, Sul, Vale do Itajaí e Norte. Os percentuais dos primeiros municípios nessas condições giraram em torno de 2% em 2000 e de 1% em 2010.

4.2 PARANÁ

Os indicadores que apresentaram o maior nível de privação no estado paranaense em 2000 foram ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’ e ‘emprego’ com percentuais de 69,79%, 33,07% e 27,74%, respectivamente. ‘Renda domiciliar’, ‘condição de ocupação do imóvel’, ‘abastecimento de água’ e ‘destino do lixo’ foram outros indicadores em que os percentuais de privação ultrapassaram os 20%. Ainda para o mesmo ano, ‘instalações sanitárias’, ‘energia elétrica’ e ‘itens domiciliares’ foram os indicadores com os menores percentuais de privação; 2,32%, 2,98% e 5,50%, na ordem.

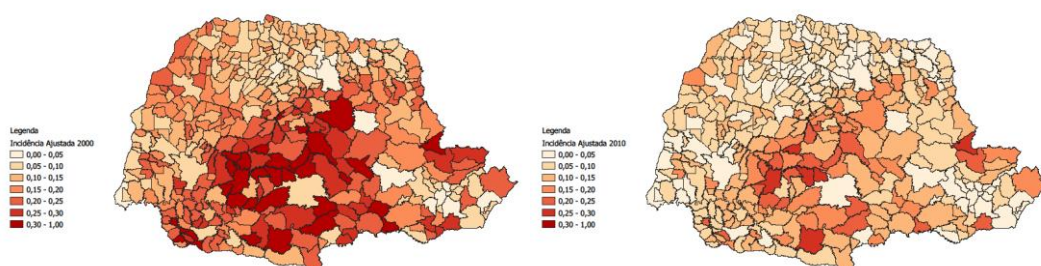
Para o ano de 2010, ‘tipo de escoadouro’ continuou sendo o indicador com o maior percentual de privação, 62,51%. ‘Anos de estudo’ passou de 33,04% para 32,30% e ‘condição de ocupação do imóvel’ de 26,53% em 2000 para 27,61% em 2010. ‘Instalações sanitárias’, ‘energia elétrica’ e ‘itens domiciliares’ permaneceram com os menores percentuais de privação em 2010: 0,43%, 0,56% e 1,04%, respectivamente.

No que se refere à incidência de pobreza (H) no Paraná, em 2000, 25,51% da amostra era considerada multidimensionalmente pobre e, em 2010, 16,92%. As Mesorregiões do Sudoeste, do Centro-Sul e do Sudeste foram as que mais apresentaram

municípios com elevados percentuais em H para os dois anos estudados. Em 2000, esse indicador nos primeiros municípios em situação mais crítica variou de 80% a 85% e, em 2010, de 60% a 65%. Em relação aos municípios com reduzidos percentuais H, as Mesorregiões a que eles pertencem são, em geral, as do Oeste, Noroeste, Norte-Central, Norte Pioneiro e Metropolitana de Curitiba. Em 2000, os percentuais H dos primeiros municípios não ultrapassaram os 10% e, em 2010, não ultrapassaram os 4%.

Em 2000, o hiato de pobreza média (A) para o estado paranaense era de 42,42%, e, em 2010, era de 39%. Municípios localizados nas Mesorregiões Centro Sul e Metropolitana de Curitiba foram alguns dos que apresentaram elevados índices A. Em 2000, os primeiros municípios nessa condição ultrapassaram os 50% em A e, em 2010, um pouco acima de 40%. Mesorregiões como a do Oeste e também a Metropolitana de Curitiba é onde se encontram alguns dos municípios com os mais baixos índices A. Para esses municípios, os percentuais em A ficaram em 36% em 2000 e em aproximadamente 35% em 2010.

Figura 3 – Incidência Ajustada (M_0) no Paraná (2000 e 2010)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A incidência ajustada (M_0), como mostra a figura 3, em 2000, no Paraná foi de 10,82% e, em 2010, de 6,66%. Os municípios que apresentaram um percentual maior em

M_0 foram os mesmos que apresentaram um maior percentual em H para os dois anos analisados. Esses percentuais giraram em torno de 40% em 2000 e de 25% em 2010. Da mesma forma se deu com os municípios que apresentaram menor incidência ajustada em 2000 e em 2010 que, em geral, estão localizados nas Mesorregiões Metropolitana e Oeste. Alguns dos municípios com M_0 mais reduzido não chegaram a ultrapassar o 4% em 2000 e nem os 2% em 2010.

4.3 RIO GRANDE DO SUL

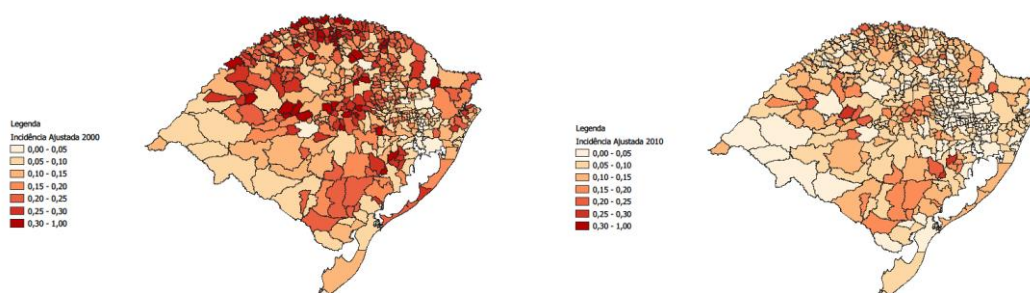
Os indicadores ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’ e ‘emprego’ foram os que apresentaram as maiores privações no estado rio-grandense em ambos os anos. Em 2010, houve uma redução percentual nesses indicadores de 9,66, 7,28 e 3,88 pontos percentuais, respectivamente. Em 2000, os indicadores ‘instalações sanitárias’, ‘alfabetização’ e ‘energia elétrica’ foram os que apresentaram os menores percentuais de privação, 0%, 1,46% e 1,47%, em ordem. Em 2010, ‘instalações sanitárias’, ‘energia elétrica’ e ‘itens domiciliares’ eram os três mais bem colocados. O indicador ‘alfabetização’ foi o único que apresentou uma piora de 1,46% em 2000 para 2,05% em 2010.

No que tange à incidência de pobreza (H) no Rio Grande do Sul, em 2000, 24,16% da amostra era multidimensionalmente pobre e, em 2010, 14,71%. Municípios das Mesorregiões Centro Oriental Rio-grandense e Noroeste Rio-grandense foram os que apresentaram as maiores incidências em 2000 que, considerando os primeiros, ultrapassaram os 80%. Em 2010, as Mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre, Centro Ocidental e Centro Oriental congregaram os municípios em situação mais frágil nesse indicador: os cinco primeiros apresentaram percentuais que variaram de 60% a 70%. As Mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste Rio-grandense foram as que mais

apresentaram municípios com menores percentuais em H. Em 2000, os percentuais variaram de 5% a 7% e, em 2010, de 2% a 3%.

Em 2000, o hiato de pobreza média (A) era de 41,71% para todo o estado do Rio Grande do Sul e, em 2010, 37,47%. Os percentuais dos municípios em situação mais vulnerável ficaram em torno de 50%, em 2000, e de 40% a 48%, em 2010. São municípios pertencentes às Mesorregiões Centro Ocidental, Sudeste, Noroeste Rio-grandense e Metropolitana de Porto Alegre. Analisando os municípios com percentuais baixos em A, a situação fica a seguinte: em 2000, os percentuais giraram em torno de 35% e, em 2010, de 23% a 33%. São municípios localizados nas Mesorregiões Metropolitana, Nordeste e Noroeste.

Figura 4 – Incidência Ajustada (M_0) no Rio Grande do Sul (2000 e 2010)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A incidência ajustada de pobreza M_0 , como mostra a figura 4, para o Rio Grande do Sul em 2000 foi de 10,71% e, em 2010, 5,54%. Mesorregiões como a Centro Oriental e Ocidental e Noroeste congregaram alguns dos municípios em situação mais crítica nesse indicador. Tais municípios, em 2000, apresentaram percentuais de aproximadamente 40% e, em 2010, abaixo de 28%. Mesorregiões como a Metropolitana, Nordeste e Sudoeste são

as agregam alguns dos municípios em melhor situação nesse indicador que, em 2000, girou em torno de 2% a 3% e, em 2010, em 1%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os estados apresentaram, de certa forma, um padrão de privação. Em Santa Catarina os municípios mais privados se localizaram nas Mesorregiões Serrana, Oeste e Norte, no Rio Grande do Sul, estavam nas Mesorregiões Centro Oriental, Centro Ocidental e Noroeste e no Paraná nas Mesorregiões Sudeste, Centro Sul e Sudeste. É importante pontuar que essa constatação ainda é irregular; quanto mais agregada é a realidade estudada, maiores são as chances de encobrir especificidades de cada lugar. É o caso, por exemplo, de municípios paranaenses que se encontram na Mesorregião Metropolitana de Curitiba: alguns apresentaram os mais baixos percentuais de incidência ajustada e outros os mais elevados. Situação semelhante à encontrada na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Norte de Santa Catarina.

Os indicadores que apresentam as menores privações em Santa Catarina foram ‘energia elétrica’, ‘itens domiciliares’ e ‘instalações sanitárias’ nos dois anos de estudo; e os indicadores com as maiores privações foram ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’ e ‘abastecimento de água’. No Paraná, ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’, ‘emprego’ e ‘condição de ocupação do imóvel’ foram os indicadores em que a população se encontrou mais privada; já em ‘instalações sanitárias’, ‘energia elétrica’ e ‘itens domiciliares’ o inverso aconteceu. No Rio Grande do Sul, a amostra se mostrou mais privada em indicadores como ‘tipo de escoadouro das instalações sanitárias’, ‘anos de estudo’ e ‘emprego’, e menos privada em indicadores como ‘instalações sanitárias’, ‘energia elétrica’ e ‘itens domiciliares’.

Esses resultados mostram a importância de se entender a pobreza como uma condição além da insuficiência de renda, ou como Sen (2000, 2001) conceitua, uma condição de não realização de funcionamentos que privam as pessoas da garantia de oportunidades reais para perseguir a vida que escolheram. Também destaca a importância do cálculo do IPM via Método AF que fornece um indicador sensível a incidência e a intensidade da pobreza, possibilita a inserção de diferentes dimensões e indicadores, a desagregação da medida por grupos, localidades e outras características (ALKIRE, FOSTER, 2007, 2009; VIEIRA, KUHN, MARIN, 2017).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Santa Catarina**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2013. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Paraná**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2013. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Rio Grande do Sul**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2013. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Radar IDHM**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, nov. 2016. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. University of Oxford: **OPHI Working Paper Series**, n. 7, 2007, revised in 2008.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. Washington: International Food Policy Research Institute, p. 77-90, 2009.
- ALKIRE, S.; ROBLES, G. Multidimensional Poverty Index - Summer 2017: brief methodological note and results. **OPHI MPI Methodological Notes**, Oxford Poverty and Human Development Initiative, University of Oxford, n. 44, 2017. Disponível em: < https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHIMethNote_44_Summer_2017.pdf>, Acesso em: ago. 2018.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. University of Oxford: **OPHI Working Paper Series**, n. 38, 2010.

ANAND, S.; SEN, A. **Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective**. New York: UNDP, 1997.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em Direção a Uma Visão Complexa**. Brasília: IPEA (Textos para discussão nº 1332), 2008.

GIACOMELLI, G.; MARIN, S.; FEISTEL, P. Da economia tradicional do bem-estar à Abordagem das Capacitações e a importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano. **Revista Nova Economia**, v. 27, n. 1, p.89-115, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, v. 1, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Portal de Mapas do IBGE**. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2016, 108p.

MORAES, M. M.; MARIN, S. R.; VIEIRA, C. A. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 30, p. 1-17, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997. **Human development report 1997: human development to eradicate poverty**. New York: Oxford University Press, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações – Vias para o Desenvolvimento Humano**. New York: Oxford University Press, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Concept and Measurement of Human Development**. New York: Oxford University Press, 1990.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEIRA, C. **Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

VIEIRA, C.; KUHN, D.; MARIN, S. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação Para a Medição de Pobreza Multidimensional no Rio Grande Do Sul (2000-2010). **Revista Planejamento e Políticas Públicas** (PPP – Ipea), n. 48, jan./jun. 2017.